

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.
(Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Sergio Arouca.

O SR. SERGIO AROUCA (PPS – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, como médico sanitário e professor de saúde pública, durante os últimos anos acompanhei várias tentativas de se criar no Brasil um sistema moderno de vigilância sanitária e de se dar competência técnica à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, que sempre foi um grande cartório, acumulando processos, não conseguindo dar respostas efetivas, sem capacidade de fiscalização, sem quadros técnicos, sem informatização, sem capacidade de ser um centro de inteligência da saúde pública brasileira.

Não tenho dúvida de que a vigilância sanitária, na moderna saúde pública, é um dos maiores instrumentos de ação do Estado na proteção da saúde coletiva, no que diz respeito ao registro de medicamentos, à utilização de vacinas e de novos produtos de um modo geral, à qualidade de serviços, à normatização de equipamentos; enfim, à proteção do cidadão.

Para isso, é fundamental que o Governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Saúde, produza um instrumento ágil e autônomo, que não sofra influências conjunturais políticas, que possa ser financiado por novos recursos – e não por recursos já existentes, trazidos do SUS –, acabando com outra enorme distorção que existe: os registros de novos medicamentos e fiscalizações feitos a preços absolutamente ridículos.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, consideramos que nesse final de ano conseguimos produzir alguns importantes avanços na área da saúde, como a Lei dos Genéricos, a questão que envolve sangue e hemoderivados. Entendemos que podemos também aprovar a criação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Isso avançou muito nesses últimos dois dias de negociações.

Gostaria de acrescentar algo que já foi dito pelo Relator. Em primeiro lugar, foram negociadas as taxas, porque algumas delas eram exorbitantes e inviabilizavam pequenas farmácias e indústrias nacionais de medicamentos. Todas elas sofreram em média redução de quase 50%, e distorções foram corrigidas, com o compromisso do Ministro da Saúde de que será editada medida provisória com essa nova tabela.

Mas não ficou aí, porque existiam também algumas questões conceituais. Hoje já há entendimen-

to com Lideranças do Governo, os Deputados Ronaldo Cezar Coelho e Luiz Carlos Hauly, o Ministro José Serra, Liderança do Governo no Congresso, de acrescentar outras medidas também da mais alta importância.

Fica claro que nessa Agência seu contrato de gestão será submetido à aprovação e subordinado ao Conselho Nacional de Saúde, a quem deverá ser apresentado o relatório de funcionamento, e, além, que o Conselho Nacional de Saúde terá o atributo de fiscalizar essa Agência. Também fica estabelecido de forma absolutamente clara o princípio de descentralização: a fiscalização de pequenas farmácias será de responsabilidade do Município, não de Brasília, ou seja, o princípio da estadualização e da municipalização da Vigilância Sanitária ficará claro nessa nova medida provisória.

Ao Conselho Consultivo, estabelecido na lei, é dada já sua estrutura por representantes do CONASS, dos CONASEMs, dos usuários e da academia para que esse Conselho se associe ao Conselho Nacional de Saúde na fiscalização da Agência.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, estamos entendendo que os acordos feitos hoje no sentido da formatação e criação dessa Agência e as taxas negociadas com todos os representantes dos setores interessados representam uma conquista da saúde pública brasileira.

Podemos, neste final de período legislativo, saudar os avanços que ocorreram em termos de legislação de saúde pública.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, cedo meu tempo para a Deputada Jandira Feghali.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, este tema é extremamente delicado, complexo e de repercussão social importante.

Todos somos mestres em fazer denúncias de falsificação de medicamentos e de absurdos que ocorrem nas hemodiálises, nas vacinas e nas mortes por falta de vigilância sanitária; todos representamos aqui a angústia dos que perderam seus familiares e diversos amigos e de pessoas que na imprensa foram apresentadas como vítimas da falta